

DO VIRTUAL AO REAL, DA POTÊNCIA AO ATO: A ENUNCIÇÃO DO LEITOR

Larissa Schmitz HAINZENREDER¹

Resumo: O objetivo deste texto é pensar a passagem de leitor virtual a real através da teoria enunciativa de Émile Benveniste. Partindo da noção benvenistiana de enunciação, podemos conferir à leitura, pela sua ação interpretante, o status de ato enunciativo, no qual emerge o par “eu-tu” numa relação de reversibilidade, segundo a qual “eu” é pessoa subjetiva e “tu” é pessoa não-subjetiva. A escrita é, então, intersubjetiva ao pressupor um leitor pela sua necessidade de referir através do texto enquanto unidade de discurso. Esse leitor figura a pessoa não-subjetiva em face da pessoa subjetiva que o autor representa, porém, não contém as condições necessárias para correferir, uma vez que se desmaterializa no ato da leitura. Esta, para cumprir seu papel interpretante e (re)instaurar as condições para a enunciação, desloca esse leitor pressuposto para o campo interpessoal, cedendo-lhe o caráter subjetivo. Desse modo, o mecanismo enunciativo da leitura que proponho supõe o deslocamento de leitor virtual a real como única possibilidade de produzir sentidos.

Palavras-chave: Enunciação. Leitor virtual. Leitor real.

É talvez porque não sou mais o que sei, que posso recolocar esse saber em questão (LÉVY, 1996, p. 38)

Introdução

As relações entre texto e leitura, nos estudos da linguagem e nas ciências humanas em geral, não são dadas *a priori*. O texto, como objeto empírico, recusa qualquer designação que lhe especifique a uma ciência ou disciplina, devendo ser considerado em relação ao acontecimento em que se dá; uma sequência de fala, nesse caso, o texto, situa-se de acordo com o lugar da enunciação – seja representada tanto pela escrita como pela leitura – enquanto acontecimento discursivo (GUIMARÃES, 1995).

É pensando no texto como produto de uma enunciação que busco contemplar as relações de intersubjetividade que interpelam o discurso que circula no texto, e o faço ancorada na teoria enunciativa de Benveniste, cujos princípios darei a conhecer mais adiante. Nesse primeiro momento, gostaria de percorrer os arredores do problema da leitura. Ainda que toda escrita pressuponha uma leitura – e, logo, um leitor – é possível notar que falar de escrita ainda implica, para muitos, falar no texto como predicado de seu autor; no entanto, falar de escrita enunciativa implica posicionar o texto entre as arestas do quadro figurativo

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: larissa.hainzenreder@gmail.com

desempenhado por aquele que escreve e aquele para quem se escreve. Não é a autoria de um texto que significa que está em jogo, mas a constituição intersubjetiva de sentidos implicada nas relações interpessoais possíveis pela língua que circula no texto e o configura em discurso.

Com isso, recuso a crença de que o texto não pode ser separado de seu autor. Ao contrário, acredito que o texto responde *antes* à situação discursiva na qual se insere. A enunciação que o atualiza em discurso o reorganiza no quadro figurativo sem o qual não seria possível. Materialmente, um texto é sempre o mesmo, porém, do ponto de vista enunciativo, não se pode mais proferir semelhante afirmação acerca de seu estatuto de enunciado, isto é, produto da enunciação, constitutivo de significado, que é sempre outro uma vez que o leitor se apropria do texto – o qual é antes de tudo língua – e o recoloca em funcionamento a partir de si.

Dessa maneira, o texto pode ser visto como um acontecimento de n tempos. Cada possibilidade de leitura é um tempo que lhe remete e é por ele remetido. Esse olhar nos autoriza a reconhecer que um mesmo texto pode referenciar um número infinito de “realidades” – segundo Benveniste (1995, p. 278), por realidade deve-se compreender a referência postulada pelo sujeito no seu discurso, ou seja, é sempre uma “realidade de discurso”.

Assumir que o enunciado-texto se refaz a cada leitura é atribuir-lhe as condições para instaurar situações de discurso – e logo, realidades – particulares a um sujeito cada vez único e irrepetível. Seguindo a perspectiva enunciativa, encontraremos nesse quadro locutores e alocutários muito interessantes, representados por instâncias muito diferentes entre aquilo que consideramos virtual e as condições para o estatuto daquilo que consideramos real.

À primeira vista, parece evidente opor um ao outro: o primeiro é fictício face à existência inquestionável do segundo. Contudo, como diz Benveniste (1995, p. 284), algumas vezes é necessário “pedir à evidência que se justifique” e, nesse caso, o diálogo com o filósofo contemporâneo Pierre Lévy parece pertinente. De acordo com o autor, amplamente citado nos estudos da comunicação, real e virtual não se opõem na condição de presença/ausência, pelo contrário, o virtual existe. Muito antes de poder ser considerado uma presença *in absentia*, o virtual não é em si uma construção da ordem do imaginário e nada mais; nesse sentido, a entidade virtual ocuparia o lugar do equívoco, da falha.

Lévy (1996, p. 21) afirma que “o virtual [não] é [apenas] imaginário” à medida que “produz efeitos”. Nas palavras do autor:

O virtual, rigorosamente definido, tem somente uma pequena afinidade com o falso, o ilusório ou o imaginário. Trata-se, ao contrário, de um *modo de ser fecundo e poderoso, que põe em jogo processos de criação, abre futuros, perfura poços de sentido* sob a platitude da presença física imediata (LÉVY, 1996, p. 12, grifo nosso).

Conclui-se, assim, que o leitor virtual, em última análise, representa uma possibilidade de vir a ser outro, sendo o leitor real a personificação desse outro. Dessa maneira, ao passo que o leitor virtual configura uma *possibilidade* de vir a ser outro, o leitor real configura o outro *possível*. A partir das reflexões de Lévy, acreditamos que há na entidade que representa o leitor virtual uma potência de ser; enquanto que o leitor real, por sua vez, enaltece o privilégio do fato de ser, ou como afirma o autor: “É virtual o que existe em potência e não em ato” (1996, p. 15).

Desse modo, resta-nos admitir que virtual e real são apenas duas maneiras diferentes de ser leitor. Para distinguir uma forma da outra, faz-se então necessário conhecer o que está posto entre o potencial e o factual. De acordo com Lévy (1996, p. 16), “Contrariamente ao possível, o virtual é como o complexo problemático [...] que acompanha uma situação, um acontecimento, um objeto ou uma entidade qualquer” cuja solução se dá num processo de atualização.

Isto posto, o leitor virtual passa a ser, então, esse corpo problemático que acompanha a enunciação do escritor, isto é, o texto-enunciado, e que se reforma (no sentido de tomar nova forma) no ato da leitura, que se apresenta como a sua solução. É virtual a instância de leitor cuja natureza chama por um processo de resolução que o livre dessa condição, atualizando-o em um outro possível; a instância de leitor real é, então, simultaneamente, origem e fim desse processo de atualização. Assim, o atual é, antes de qualquer coisa, o que permite o jogo entre leitor virtual e real, sendo por ele permitido.

Tomando o texto como objeto, Lévy (1996, p. 43) afirma que “um pensamento se atualiza num texto e um texto numa leitura (numa interpretação)”. Em termos de enunciação, isso significa assumir que há um acontecimento discursivo que precede a leitura e outro que se dá com ela. As instâncias de leitor virtual e real estão implicadas aí em diferentes formas de ser pessoa e de ser sujeito – por pessoa, entende-se o que Benveniste designa pela “categoria linguística que se constitui na e pela enunciação” (FLORES et al, 2009, p. 186)

sendo necessária para que os locutores possam vir a se propor na língua como sujeitos; e por sujeito, entende-se o que Benveniste (1995, p. 286) define como a possibilidade que cada locutor tem de remeter a si mesmo “como ‘eu’ no seu discurso”.

A enunciação é o processo linguístico que atualiza os interlocutores de determinada situação de discurso reorganizando a língua no espaço-temporal que serve de referência. Assim, podemos pensar que o processo que está posto entre a entidade virtual e a entidade real é de natureza enunciativa. Desse modo, o processo de atualização que transforma o virtual em real pode ser entendido como um ato enunciativo de modo que, para compreender como se dá a produção de sentido na leitura, resta sintetizar as instâncias de leitor possíveis no quadro figurativo da enunciação escrita.

Aspectos da teoria enunciativa de Benveniste

A noção benvenistiana de enunciação pode ser entendida como um processo único de apropriação e atualização da língua pelo qual os locutores se apresentam como sujeitos. Enquanto que o apropriar-se diz respeito à “seleção” de signos previstos no sistema linguístico, o atualizar se refere a uma “compreensão” do uso desses signos na situação de discurso que os contém (cf. FLORES et al, 2009). Isto é, o sujeito se atualiza na língua à medida que significa e, ao mesmo tempo, lhe oferece uma significação relativa ao acontecimento da sua enunciação. A atualização que pressupõe uma compreensão – nesse caso, uma leitura – implica, por fim, um novo discurso.

Para compreender o aparecimento do “novo”, faz-se importante revisitar a noção de situação. Benveniste (1995, p. 218) fala de uma “situação de discurso”; *grosso modo*, pode-se reduzir o termo à “situação na qual se realiza o discurso”. Todo processo enunciativo instaura uma cena que posiciona os interlocutores no presente da enunciação. Desse modo, uma situação de discurso diz respeito à realidade discursiva constitutiva e constituinte daquele que fala (no caso do texto, daquele que escreve ou daquele que lê). As noções de espaço e tempo – aqui e agora – são relativas a essa realidade que é sempre particular. Cada enunciação se estabelece em seu presente, isto é, em seu atual.

Isso implica que nenhuma situação de discurso é igual à outra, pois se trata de uma referência determinada pelo espaço-temporal cada vez único definido, simultaneamente, pela

representação que o sujeito da enunciação faz de si e do outro – no caso, a representação que o escritor faz de si e do leitor, e a representação que este faz de si e do texto.

O raciocínio desenvolvido até aqui nos confere a uma definição de suma importância acerca do conceito de enunciação: a língua em funcionamento (cf. BENVENISTE, 1989, p. 82). Enunciar é converter a língua em discurso. Tanto a apropriação como a atualização são formas de manuseio da língua por parte do locutor; elencar signos linguísticos e dispô-los em certa ordem é usar a língua para um interesse individual. É desse ato enunciativo que emerge a categoria de pessoa, isto é, o par linguístico *eu-tu*.

De acordo com Benveniste (1989, p. 84), *eu* é a pessoa subjetiva que denota aquele que “profere a enunciação” e *tu* é a pessoa não subjetiva que denota aquele que “está presente como alocutário”. Segundo o linguista: “Quando saio de ‘mim’ para estabelecer uma relação viva com um ser, encontro ou proponho necessariamente um ‘tu’, que é, fora de mim, a única ‘pessoa imaginável’” (BENVENISTE, 1995, p. 255, grifo nosso).

Isto significa dizer que a intersubjetividade consiste na emergência de um sujeito que faz emergir um não-sujeito, o qual participa, mas não realiza a enunciação, e cujo grau de existência não suprime a vivacidade da relação que se estabelece entre eles.

Outro ponto a considerar é que Benveniste (1989, p. 253) confere ao par *eu-tu* o princípio da reversibilidade, segundo o qual “o que ‘eu’ define como ‘tu’ pode inverter-se em ‘eu’, na mesma medida que ‘eu’ se torna um ‘tu’”. Logo, somente *eu* tem a capacidade de usar a linguagem para simbolizar; ao *tu* caberia apenas interpretar, porém, à medida que *tu* interpreta, imediatamente rouba o caráter subjetivo de *eu*.

Um conceito atrelado à categoria de pessoa que apoia a abordagem enunciativa do texto é o da interação intersubjetiva, isto é, a noção de diálogo. Para Benveniste, o diálogo constitui uma troca verbal entre interlocutores que pressupõe um quadro figurativo em que as duas figuras se alternam para protagonizar a enunciação (cf. FLORES et al, 2009). A troca verbal de que fala o linguista se dá pela possibilidade que cada locutor tem de tomar a palavra para si e propor cada vez uma nova situação de discurso. A tomada de palavra por parte de um locutor é uma marca da intersubjetividade como condição humana de simbolizar.

Cada vez que um texto é produzido por um locutor-escritor, por exemplo, este passa imediatamente à condição de sujeito; a inserção do sujeito no texto instaura as condições para o discurso, a saber, a categoria de pessoa (quem escreve e para quem se escreve), um lugar (de onde se escreve) e um tempo (no qual se escreve) particulares. Ao se relacionarem com o

locutor-escritor, tais condições produzem um sentido que é produto da enunciação, ou seja, constitutivo do enunciado, nesse caso, o texto.

Contudo, o texto também pode se enunciar do ponto de vista do leitor, o qual passa a sujeito no momento em que se apropria da escrita para enunciar seu lugar de locutor, isto é, para interpretar. Aqui, são as relações intersubjetivas que se atualizam fazendo com que escritor, leitor e texto sejam reorganizados em uma nova situação discursiva, sem a qual interpretação alguma seria possível.

Assim como a noção de diálogo descrita acima, também ambos os processos de escrita e leitura apresentam interlocutores – seja um sujeito-escritor, seja um sujeito-leitor – que se apropriam individualmente da língua para produzir sentidos; o autor o faz para simbolizar no ato da escrita, enquanto o leitor o faz para simbolizar no ato da leitura. Interpretar é (re)organizar os signos linguísticos dos quais se dispõe para produzir um efeito de sentido único e pessoal. É, de fato, (re)colocar a língua em funcionamento a fim de (re)significar o texto a partir de si.

Em última análise, a Teoria da Enunciação nos remete à capacidade, inerente ao homem, de representar, através de símbolos linguísticos, a sua própria natureza, e de comprovar a existência do *outro* através da intersubjetividade que se faz comum a toda forma de linguagem.

A leitura enunciativa e a produção de sentidos

É de comum acordo entre os pesquisadores de Benveniste que o linguista não reserva em seus ensaios lugar específico para uma teoria da leitura; sem dúvida, porém, cairíamos em equívoco se acreditássemos que o linguista não pensou sobre o tema ao descrever os percalços que encontrara ao colocar-se diante do problema da língua e da linguagem. Vejamos alguns exemplos:

Ao pensar a questão da temporalidade, Benveniste (1989, p. 78) fala da falta de dados de que se serve o leitor para referenciar o dêitico “hoje”, inserido no texto, ao seu tempo crônico, uma vez que “não se identifica com nenhuma data”. Ao fazê-lo, Benveniste estabelece para a leitura uma situação de discurso diferente daquela implicada no ato da escrita, isto é, uma situação discursiva *atualizada* cujo referente espaço-temporal é somente nela e por ela constituído.

Em entrevista concedida à *Nouvel Observateur*, Benveniste (1989, p. 29-30) afirma que ao ocupar-se dos fenômenos da língua, a linguística não deve negligenciar “a parte da linguagem que se transforma em escrita”. Com isso, Benveniste parece sugerir que o leitor lida com enunciados de natureza particular, que já não é mais aquela que encontramos quando alguém fala, e da qual o linguista parece não ter intenção de tratar, sem, contudo, recusá-la a existência.

Finalmente, ao descrever o aparelho formal da enunciação, Benveniste (1989, p. 90) faz referência a uma “enunciação escrita” na qual “quem escreve se enuncia ao escrever”. Nesse momento, o linguista circunscreve à natureza da escrita um cenário que oferece as condições necessárias para a intersubjetividade, fazendo emergir o par *eu-tu*: quem escreve, escreve para alguém – podemos encontrar aqui, mais uma vez, uma menção indireta à figura do leitor.

Resta-nos conhecer a natureza enunciativa desse “alguém” para quem o escritor escreve. Vimos que a enunciação, definida como uma atualização da língua em discurso pelo indivíduo que a utiliza, coloca a língua em funcionamento através de um ato que é sempre individual. Sobre a noção de discurso, Benveniste (1989, p. 82) afirma que, sendo produzido a cada vez que se fala, o discurso é a manifestação da enunciação. Essa descrição de enunciação convida a pensar o processo em termos de locução:

O ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação [...] Mas imediatamente, desde que ele se declara locutor e assume a língua, ele implanta o *outro* diante de si, *qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a este outro* (BENVENISTE, 1989, p. 83-84, grifo nosso).

Consideremos essa passagem, deveras importante na teoria benvenistiana, sem pensar outra coisa que não a forma escrita da enunciação. Quando o linguista afirma que a utilização da língua coloca, antes de tudo, o locutor como condicionante para a enunciação, está afirmando que a enunciação não trata primordialmente do acontecimento enunciativo em si, mas daquele capaz de realizá-lo. É antes uma teoria do sujeito representado pela instância linguística *eu* contida em seu discurso; o sujeito é o ponto de partida da enunciação, seu centro e única referência, à medida que é somente nela e por ela constituído, logo o autor de um enunciado é imediatamente o sujeito da enunciação que o contém.

O ato de escrever é uma forma de utilizar a língua para um fim pessoal. Na medida em que atualiza seu pensamento num texto através do uso da língua, o escritor, que é nesse momento um locutor, constitui-se enquanto sujeito de maneira a significar-se através de sua escrita. Barthes (1988, p. 68) explica a constituição do sujeito pela enunciação escrita ao afirmar que o escritor “nasce ao mesmo tempo que o seu texto” uma vez que “outro tempo não há senão o da enunciação”.

Dessa maneira, a escrita estabelece uma situação de discurso na qual o escritor se apresenta como sujeito e instaura dentre os requisitos para a enunciação um alocutário cuja presença, de acordo com Benveniste, *pode ser de qualquer grau*. Essa afirmação é fundamental para a concepção de um dispositivo enunciativo da leitura, pois estamos diante do momento em que a escrita enunciativa instaura um leitor virtual como a única *pessoa imaginável* com a qual o escritor pode relacionar-se se enunciando do lugar do *eu*, constituindo uma relação intersubjetiva entre escritor e leitor imaginado. Benveniste (1989, p. 87) pontua que o que caracteriza o quadro figurativo da enunciação, em última análise, é “a acentuação da relação discursiva com o parceiro, seja este real ou imaginado”. Nesse sentido, a virtualidade do *tu* da instância da escrita não suprime a realidade do diálogo.

Escritor e leitor virtual representam uma constituição recíproca: quando o escritor diz “eu” – diz “tu”; o virtual é a instância de leitor que está implícita ao dizer do escritor. Desse modo, escrever é uma modalidade de apropriação da língua pela qual o locutor-escritor passa a sujeito ao implantar diante de si essa potência interlocutora, com o qual dialoga a fim de constituir seu texto. Em resumo, o leitor virtual é a pessoa não subjetiva em face da pessoa subjetiva que o escritor representa. Porém,

A condição mesma dessa mobilização e apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir identicamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor (BENVENISTE, 1989, p. 87).

Conforme explicitado, para que o escritor constitua-se como sujeito é necessário virtualizar diante de si um leitor a quem se referir. Essa entidade à qual o escritor se dirige, entretanto, não contém as condições necessárias para co-referir uma vez que existe apenas em *potência* e não em ato. O leitor virtual não está apto a desempenhar um ato enunciativo a fim de alterar a trajetória do diálogo e produzir um sentido próprio. Esse problema marca, por sua vez, a entrada do leitor real no texto.

Para que ocorra a reversibilidade do par *eu-tu* é necessário um processo de atualização da língua, através do qual o texto possa ser interpretado e cumprir, assim, o seu papel social. Esse processo de atualização consiste, finalmente, no ato de ler. A ação interpretante da leitura é o que a configura em discurso e permite ao leitor se enunciar, afastando o escritor da posição de sujeito: “o nascimento do leitor deve pagar-se com a morte do autor” (BARTHES, 1988, p. 70). Isto é, o escritor passa à ausência condicionante para a atualização do quadro enunciativo que precipita a leitura.

Como vimos, o texto se atualiza numa leitura, numa interpretação, que reconfigura a potência em ato, isto é, o virtual em possível. O atual, o aqui e agora da leitura, apresenta-se, então, como a solução de um problema que não estava previsto no texto.

Se o leitor virtual relaciona-se com o escritor, o ser empírico que irá finalmente referir ao texto, ou seja, o leitor real, nada mais é do que a passagem de pessoa não-subjetiva à pessoa subjetiva no quadro figurativo da enunciação escrita; é a tomada de palavra por parte do que antes se tinha como etéreo. Nesse sentido, o leitor real é a única possibilidade de o leitor virtual vir a ser *eu*. É a instância de leitor que muda a trajetória do diálogo, passando a relacionar-se com o texto enquanto um sistema de signos linguísticos de onde produzirá seu enunciado particular, isto é, a sua leitura, sua interpretação.

Na leitura enunciativa, o leitor real, que é pessoa subjetiva, assume diante de si o texto com o qual dialoga para constituir a sua leitura, isto é, o produto da sua enunciação. Nessa situação de discurso atualizada não é mais o texto que deve ser tomado como enunciado, mas *a leitura que se faz dele*: se o texto constitui o *tu* em face do leitor real que constitui o *eu*, este é exterior ao texto – afinal de contas, o leitor empírico não está jamais previsto no texto – e interior apenas ao produto de sua enunciação, logo, a sua interpretação. Sendo assim, ao (re)significar o texto, o leitor real exclui os sentidos (dizeres) do escritor, que não mais participa da enunciação, para dar lugar a sua produção de sentido própria, ou, como afirma Lévy (1996, p. 35): “a leitura resolve de maneira inventiva e sempre singular o problema do sentido”.

Considerações finais

O raciocínio esboçado até aqui coloca em evidencia o fato de que a escrita e a leitura estabelecem relações intersubjetivas constitutivas de si. Desse modo, a partir da noção de

enunciação, podemos conferir à escrita o status de ato enunciativo, no qual emerge o par *eu-tu* numa relação de reversibilidade, onde: *eu* é sujeito e *tu* é não-sujeito. Assim, a escrita é, antes de qualquer coisa, intersubjetiva, ao passo que pressupõe um potencial de leitor pela sua necessidade de referir através do texto enquanto unidade de discurso. Esse leitor virtualizado figura a pessoa não-subjetiva em face da pessoa subjetiva que o escritor representa; porém, não contém as condições necessárias para co-referir o discurso, uma vez que se desmaterializa no ato da leitura.

A leitura, para cumprir o seu papel interpretante e (re)instaurar às condições para a enunciação, desloca esse leitor pressuposto para o campo da subjetividade, conferindo-lhe a capacidade de simbolizar. A escrita enunciativa atribui ao leitor virtual o lugar do *tu* da instância de produção e ao leitor real o lugar do *eu* da instância de leitura de tal modo que o dispositivo enunciativo da leitura supõe o deslocamento de leitor virtual a real – o qual performa uma interlocução com o texto na ausência do escritor, que a possibilita – como única possibilidade de produzir sentidos.

FROM VIRTUAL TO REAL, FROM POTENTIAL TO ACT: THE READER'S ENUNCIATION

Abstract: *This paper aims at discussing the passing from virtual reader to real reader through the enunciative theory of Emile Benveniste. Starting with the concept of enunciation, we can call reading an enunciative act due to its interpretative role that brings out the “I-you” polarity where “I” is the subjective person and “you” is the non-subjective person. Writing is then intersubjective by assuming a reader for its need to refer through the text as speech. Such a reader represents the non-subjective person facing the subjective person represented by the author; however, it does not apply for co-referring since it vanishes in reading. In order to fulfill reading’s interpretative role and (re)store the conditions necessary for the enunciation process, such a reader is displaced to the reality where it finally gets a subjective character. Thus, we propose an enunciative reading device taking the passing from virtual reader to real reader as the only way for the production of meaning.*

Keywords: *Enunciation. Virtual reader. Real reader.*

Referências

- BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística Geral I**. 4.ed. Campinas: Pontes, 1995.
BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas, SP: Pontes, 1989.
FLORES, V.; BARBISAN, L.; FINATTO, M.J.; TEIXEIRA, M. (Orgs.). **Dicionário de linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009.
GUIMARÃES, E. Texto e Enunciação. In: **Organon**, Porto Alegre, v 23, p. 63-68, 1995.

LÉVY, P. **O que é o Virtual**. São Paulo: 34, 1996.

Artigo recebido em abril de 2015.

Artigo aceito em maio de 2015.